

## **Relações entre a Igreja Latina e a Grega durante o Pontificado de Urbano V**

*The Relation between the Latin and the Greek Church during the Pontificate of Urban V*

D. MAURO MAIA FRAGOSO, OSB\*

PEDRO HENRIQUE ABREU SANTOS\*\*

**Resumo:** Este artigo apresenta um estudo a respeito do esforço unionista de Urbano V, os motivos que favoreceram a conversão do Imperador bizantino à fé católica e as consequências práticas desde ato imperial na vida da cristandade. A união entre as Igrejas do Ocidente e Oriente esteve na pauta política do papado durante os séculos XIII e XIV, culminando no decreto *Laetentur Coeli* do Concílio de Florença em 1439, sobre a união de ambas as Igrejas. O esforço unionista de Urbano V foi um dos fatores históricos importantes para o favorecimento da união dos dois braços da cristandade, separados desde 1054. Urbano V adotou uma política de abertura ao Imperador João V Paleólogo, que buscava aproximar-se do Ocidente em busca de auxílio militar contra os invasores otomanos. Além disso, o Imperador mostrara-se favorável às tradições da Igreja do Ocidente, em virtude de seus laços familiares com a Casa de Saboia. As relações diplomáticas entre o papado e o Império Oriental proporcionaram um intercâmbio cultural e teológico entre Oriente e Ocidente fundamental para o intento unionista.

**Palavras-chave:** Cisma do Oriente. Urbano V. João V Paleólogo. Ecumenismo. Unionismo.

---

\* Mauro Maia Fragoso, OSB é monge do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro; Doutor em Geografia na linha de pesquisa Cultura e Natureza pela UERJ; Mestre em Artes Visuais, na linha de História e Crítica da Arte pela Escola de Belas Artes da UFRJ; Especialista de Educação, pela Faculdade de Filosofia de Itaperuna; graduado em Filosofia e Teologia e pós-graduado em História, pela Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro; diretor de patrimônio do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, professor da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro. Contato: [maurofragoso@gmail.com](mailto:maurofragoso@gmail.com)

\*\* Pedro Henrique Abreu Santos é graduando em Teologia pelo Departamento de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Contato: [phenriqueabreusantos@gmail.com](mailto:phenriqueabreusantos@gmail.com)

**Abstract:** The following article presents a study about the unionist effort of Urban V, the reasons that favoured the conversion of the Byzantine Emperor to the Catholic faith and the practical consequences of this imperial act in the life of Christianity. The union between the Churches of the West and East was on the political agenda of the papacy during the 13th and 14th centuries, culminating in the decree *Laetentur Coeli* of the Council of Florence, in 1439, on the union of both Churches. Urban V's unionist effort was one of the important historical factors favouring the union of the two arms of Christendom, separated since 1054. Urban V adopted a policy of openness to Emperor John V Palaiologos, who sought to approach the West in search of military aid against the Ottoman invaders. Furthermore, the Emperor was in favour to the traditions of the western Church due to his family bounds to the House of Savoy. Diplomatic relations between the papacy and the Eastern Empire provided a cultural and theological exchange between East and West, fundamental for a unionist proposal.

**Keywords:** Schism of the East. Urban V. John V Palaiologos. Ecumenism. Unionism.

## Introdução

O Cisma do Oriente, ocorrido no ano de 1054, provocou uma profunda ruptura na cristandade, que separou permanentemente o Oriente grego e o Ocidente latino, com graves consequências históricas para ambos. Tal cisma originou-se não somente em disputas doutrinárias vigentes no século XI, mas também em fatores históricos que remontam a divisão do Império Romano em Oriente e Ocidente e a mudança da capital do Império para Constantinopla, realizada por Constantino em 330 (CASTELLA, 1970, p. 135-137). O Império dividido aprofundou as diferenças culturais que influenciaram o modo de pensar a religião e de fazer teologia, exacerbando as desigualdades entre a Igreja Latina e a Igreja Grega. Além do mais, questões políticas imiscuídas no âmbito religioso, aos moldes do cesaropapismo, fizeram com que disputas teológicas, tal como a cláusula do *filioque*, passassem do plano

teológico para o plano político, o que fatalmente levou a consumação do cisma entre Roma e Constantinopla na metade do século XI.

No entanto, o cisma não representou a ruptura total de relações. Desde as mútuas excomunhões proferidas em julho de 1054 entre os legados papais de Leão IX, falecido poucas semanas antes da consumação do cisma, e o Patriarca de Constantinopla Miguel Cerulário, as relações diplomáticas entre a Igreja Latina (Ocidente) e a Grega (Oriente) continuaram e houve várias tentativas de reconciliação, como o II Concílio de Lião, de 1274, que chega a emitir um decreto sobre a união entre latinos e gregos, visto a profissão de fé católica feita pelo Imperador Miguel VIII Paleólogo (DENZINGER, n. 851-861). É mister notar que enquanto no Ocidente a figura papal se firmou como líder máximo da cristandade, atingindo o pico de seu prestígio no século XIII, sob Inocêncio III (1198-1216), a Igreja Oriental teve na figura do Imperador seu ponto de referência tanto para questões de ordem política como de ordem espiritual (TOYNBEE, 1972, p. 31-32).

Apesar de terem sido várias as tentativas de reconciliação entre Ocidente e Oriente nos anos posteriores ao cisma, foi no pontificado de Urbano V (1362-1370) e no primeiro reinado de João V Paleólogo (1341-1376) em Constantinopla, que o cisma de 1054 esteve em vias de real desaparecimento. Em 18 de outubro de 1369, o Imperador assina sua profissão de fé católica, em Roma, na presença da corte papal, tendo sido seguido por vários membros da nobreza bizantina, bem como de vários bispos. Tal ato teria trazido maiores frutos para a reunificação da cristandade se não fossem as intensas disputas políticas da época, tanto no Oriente quanto no Ocidente, bem como as invasões turcas da segunda metade do século XIV, que levaram à derrocada de João V Paleólogo em 1376. Além disso, o Cisma do Ocidente de 1378, que dividiu a cristandade latina entre a obediência de Roma e a de Avinhão, colocou fim a qualquer esperança de união com Oriente.

## **1. A aproximação do Ocidente e do Oriente nos séculos XII e XIII**

Morto o papa Inocêncio VI em 12 de setembro de 1362, no dia 28 daquele mesmo mês, foi eleito, em Avinhão, o beneditino Guillaume de Grimoard, assumindo o pontificado com o nome de Urbano V. Sua carreira inicial deu-se como professor de direito canônico em

prestigiosas universidades francesas como Paris, Montpellier e Avinhão. Tal dedicação ao ensino das ciências eclesiásticas levou Grimoard, uma vez eleito papa, a assumir uma verdadeira política educacional, tendo sido responsável pela criação de várias universidades, tais como a Universidade de Cracóvia em 1364 e a de Viena em 1365 (CHIRON, 2010, p. 217-222). Seu prestígio como professor e seu conhecimento de ciências jurídicas o havia levado a realizar diversos trabalhos diplomáticos para o papa Inocêncio VI (1352-1362), principalmente na península itálica, que enfrentava diversos problemas políticos que levaram o papado a mudar sua sede de Roma para Avinhão em 1309.

Urbano V adotara uma política unionista com a Igreja de Constantinopla que já havia sido adotada por papas anteriores. A união de latinos e gregos era uma das prioridades do papado durante a baixa Idade Média, visto que tal divisão representava um enfraquecimento para ambas as partes, não apenas no campo religioso, mas também no campo político. A crescente ameaça dos Otomanos, que pouco a pouco avançavam sobre o Império Bizantino fazendo grandes conquistas militares, era algo que preocupava o papado, que já na época de Urbano V estava enfraquecido politicamente para reunir uma cruzada. A queda de Constantinopla poderia ser uma etapa para a conquista de toda Europa por parte dos maometanos turcos, o que representaria sérios riscos para a cristandade latina.

Certamente as relações entre Roma e Constantinopla durante os séculos XIII e XIV foi consideravelmente melhor do que nos dois séculos posteriores ao cisma de 1054. Já no início do século XIII, nota-se uma clara inclinação dos imperadores bizantinos a uma união com Roma (GILL, 1979, p. 72-84). Tal inclinação dá-se principalmente pela formação do Império Latino de Constantinopla em 1204, na ocasião da quarta cruzada, que durou até 1264. Durante este período, o Império de Constantinopla foi governado por um Imperador católico, enquanto o Imperador ortodoxo grego governou as regiões de Niceia, Trebizomba e Epiro. Tal situação de conflito entre o Império Latino e o Bizantino fizeram com que o Imperador de Bizâncio, Miguel VIII Paleólogo (1259-1282) buscasse uma aproximação do papado, em vista de convencer o papa de que a tomada de Constantinopla por parte dos latinos era um grande erro que poderia perpetuar a divisão na cristandade (JEDIN, 1986, p. 347-353). O Imperador bizantino intencionava que o papa apoiasse sua causa contra Carlos de Anjou,

que, até então, reivindicava para si parte das terras do antigo Império Latino de Constantinopla, desaparecido com a derrocada de Balduíno II em 1261. Neste sentido, Miguel VIII Paleólogo decide fazer aliança com o papado, proclamando a reunificação de Constantinopla com Roma, ainda que o Patriarca de Constantinopla, José I Galesiotes, fosse contrário a esta decisão, bem como a maioria do clero e da nobreza grega. Da parte latina, a união dos gregos foi proclamada por Gregório X no Concílio de Lião II, em 1274, quando Miguel VIII assina um credo católico afirmando a supremacia da Igreja Romana (DENZINGER, n. 861).

Em Constantinopla, o Patriarca José I renuncia em 1275 por discordar da postura do Imperador, sendo substituído por João XI Bekkos que, apesar de em um primeiro momento ter se oposto à união de ambas as Igrejas, convenceu-se de que tal união seria benéfica para ambas as partes. É mister citar que Bekkos era conhecido por sua piedade e dedicação aos pobres, bem como por seus estudos em teologia. Pouco dado à questões de ordem política, entendia que a divisão na cristandade se dava por aspectos doutrinários, principalmente a questão do *filioque*, que, na visão de muitos gregos, era uma invenção tardia dos latinos. Bekkos, ao ler a obra *De adoratione* de Cirilo de Alexandria, convence-se de que a interpretação latina possuía respaldo na tradição patrística, pois Cirilo afirma que “Espírito é o Espírito de Deus Pai e, ao mesmo tempo, Espírito do Filho, saindo substancialmente de ambos simultaneamente, isto é, derramado pelo Pai a partir do Filho” (CIRILO DE ALEXANDRIA, *De adoratione*, I, p. 68). Assim sendo, para Bekkos, a união de ambas as Igrejas era aceitável e mesmo necessária, visto que as questões doutrinárias mais graves pareciam ser passíveis de resolução com um estudo mais aprofundado dos Padres da Igreja.

Apesar das ações unionistas do Imperador Miguel VIII e do Patriarca Bekkos, a reunificação de ambas as Igrejas continuava altamente impopular em Bizâncio, principalmente entre a nobreza e parte do clero. O Concílio de Blaquerna, realizado em 1282, depôs Bekkos, que, condenado à prisão domiciliar, passou seus últimos anos como monge no mosteiro de Prusa, onde morre em 1297. Para seu lugar foi eleito Gregório II Cipriota, ferrenho opositor do papado de Roma. Além disso, as relações do Imperador Miguel VIII Paleólogo com o papa se deterioraram com a eleição do papa Martinho IV, que

mudara a política de Gregório X em relação a Bizâncio. Martinho IV se mostrou favorável às ambições de Carlos de Anjou, tendo excomungado o Imperador grego em 1282, findando-se as negociações para a reunificação de ambas as Igrejas.

No entanto, durante o pontificado do papa João XXII (1316-1334), as discussões diplomáticas e teológicas continuaram, com o intuito de reunificar latinos e gregos. João XXII era particularmente interessado por teologia e afeito às discussões próprias do período escolástico. Neste sentido, havia favorecido a educação, tendo dado impulso à revitalização de universidades através da criação de novas cátedras, principalmente em línguas orientais (CASTELLA, 1970, p. 204-206). Este papa, considerado de “mente aberta”, favorecera a retomada de discussões com os gregos, principalmente no campo da teologia. Neste contexto, a figura do teólogo grego Barlaão de Seminara emergiu como importante personagem das discussões teológicas em vista do fim do cisma (CHIRON, 2010, p. 264-265). Barlaão representava a escola teológica ortodoxa racionalista, influenciada pela redescoberta dos filósofos gregos, em franca oposição à tradição espiritual, representada principalmente por Gregório de Palamas. Da parte de Roma, participaram das discussões como legados papais os dominicanos Francesco de Camerino e Ricardo Inglês. O contato com os dominicanos levou Barlaão a conhecer a teologia escolástica, da qual vários teólogos dominicanos eram eminentes expoentes, tais como Tomás de Aquino e Alberto de Colônia. Barlaão levou para Constantinopla o pensamento escolástico latino, bem como a proposta de um concílio ecumênico, convocado por Bento XII (1334-1342), para o fim das divergências doutrinárias e conseqüentemente do cisma. De volta à Constantinopla, Barlaão foi julgado herege por dois concílios realizados sob forte influência de Palamas, que via com reticências a aproximação com Roma. Barlaão voltou ao Ocidente, tendo se convertido ao catolicismo e feito bispo da Calábria. Palamas e seus seguidores tiveram sua derrocada quando João V Paleólogo vence seu rival, João IV Cantacuzeno, em 1354, assumindo o trono bizantino.

Assim sendo, quando Urbano V assume o pontificado em 1362, as relações entre o Ocidente e o Oriente cristãos haviam passado por dois séculos de maturação, tendo ocorrido um real intercâmbio entre ambas as partes. Além do mais, as disputas da casa de Anjou

pelos antigos domínios do Império Latino de Constantinopla estavam superadas e o grande problema estava na expansão otomana, que representava um risco comum para todos os cristãos. Neste sentido, Urbano V não mediu esforços para favorecer a união das Igrejas Latina e Grega com o intuito de unir forças contra um inimigo comum. É mister notar que a união das Igrejas do Ocidente e do Oriente no contexto do século XIV era entendida de uma maneira diversa do que hodiernamente se preconiza com o esforço ecumênico. Se hoje o ecumenismo é entendido como o esforço para reunir os cristãos através do diálogo e da superação das divergências, para Urbano V a união das Igrejas Latina e Grega só seria possível uma vez que a autoridade papal fosse aceita plenamente por Constantinopla, e que esta aceitasse um lugar de menos destaque e importância, tal como afirmava o IV Concílio de Latrão (DENZINGER, n. 811). Assim, não somente disputas teológicas seriam necessárias, mas também era importante que o papa demonstrasse força política e militar. Dessa maneira, a primeira tentativa de Urbano V foi a convocação de uma cruzada em 1365 a pedido do rei de Chipre, Pedro I, que deveria unir a cristandade Ocidental e Oriental contra as investidas turcas, sob a liderança das tropas Ocidentais fiéis ao papa. Tal projeto de cruzada jamais se materializou por falta de interesse político dos monarcas europeus, muitos deles, envolvidos em disputas, como a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) entre França e Inglaterra. Se no plano militar a cruzada de Urbano V nunca saiu do papel, a ascensão de João V Paleólogo ao trono bizantino representou um enorme avanço nas relações entre o papado e Constantinopla.

## **2. As relações entre Urbano V e João V Paleólogo e conversão do Imperador bizantino à fé católica**

João V Paleólogo, filho do Imperador Andrônico III Paleólogo e de Ana de Saboia, assume o trono de Constantinopla em 1341, aos nove anos de idade, tendo sua mãe como regente até 1347. Como resultado da Guerra civil Bizantina (1341-1347), Ana de Saboia deixa a regência do Império em favor de João Cantacuzeno, que se torna co-imperador bizantino com o título de João VI Cantacuzeno. Após novo conflito, em 1357 João V derrota seu concorrente, assumindo como único Imperador. Apesar de nascido no Oriente e tendo recebido

sua educação na corte bizantina, João era latino por parte de mãe, que pertencia a nobre família de Saboia. João V era, portanto, mais aberto ao Ocidente do que seus antecessores (CHIRON, 2010, p. 265).

Em 1355, os turcos otomanos liderados por Solimão Paxá conquistaram importantes possessões do Império bizantino na região de Mármara, forçando a população local a pagar impostos ao sultão otomano. Diante desta investida turca, João V envia uma embaixada à corte do papa Inocêncio VI com pedidos de ajuda militar e também um plano detalhado de unificação das Igrejas Latina e Grega, bem como a manifestação de sua intenção particular de se converter à fé católica. Entre outros pontos, João V propunha que seu filho herdeiro Manuel deveria ser educado na fé católica na corte papal de Avinhão e casar-se com uma princesa latina segundo as determinações do papa (DELACROIX-BESNIER, 1993, p. 719). Como ajuda militar contra os turcos, João V pedia vinte galeras e cerca de mil soldados (CHIRON, 2010, p. 265). Inocêncio VI não dera crédito às propostas do Imperador bizantino, mas ofereceu ajuda diplomática junto ao Rei de Chipre, Hugo de Lusignan, e da República de Gênova para que o auxílio militar fosse concedido. Dois anos mais tarde, em 1357, João V escreve mais uma vez ao papa, oferecendo-se pessoalmente para ir a Avinhão tratar da reunificação das duas Igrejas. Tal viagem só foi feita anos mais tarde, quando Urbano V havia reconduzido temporariamente o papado à Roma.

Com a eleição de Urbano V em 1362, João V aproxima-se do papa que quer aproveitar o momento histórico favorável para concluir a união das duas Igrejas. Com tal intenção, o papa, em 1365, nomeia como Patriarca Latino de Constantinopla o carmelita Pedro Tomás, que estivera por anos como legado papal em Constantinopla. Tomás dedica-se à conversão de personagens-chaves na corte imperial, como Demetrios Kydones, que fora primeiro-ministro do Imperador. A conversão de Kydones foi de grande importância, pois, como intelectual, decide estudar na Itália o pensamento de Agostinho e Tomás de Aquino, traduzindo para o grego vários dos escritos latinos. Pedro Tomás viria a ser canonizado em 1622 por Urbano VIII, sendo considerado um dos iniciadores do ecumenismo.

No entanto, o clima geral na Europa era de desconfiança em relação as reais intenções do Imperador bizantino. Por sua vez, João V também tinha restrições em relação a certos monarcas europeus,



principalmente contra Luís da Hungria, suspeito de querer anexar a Bulgária aos domínios de sua coroa. Para o Imperador João V tal ambição era inaceitável, visto que a Bulgária, de maioria ortodoxa, estava sob influência de Constantinopla. Com o intuito de conseguir o apoio húngaro à causa militar contra os turcos e evitar um assalto contra a Bulgária, João V viaja a Buda em busca de uma aliança com Luís. No entanto, tal viagem não se mostrou proveitosa para o Imperador, visto que, ao anunciar suas intenções de conversão, recebe do Rei da Hungria a resposta de que tal ato só seria possível mediante um novo batismo. Esta exigência escandalizou profundamente João V, retardando seu processo de conversão. Luís já havia ordenado o “rebatismo” de sacerdotes ortodoxos sérvios convertidos a força durante suas campanhas na Sérvia, em 1366. É possível que Luís não tivesse um claro entendimento acerca da doutrina católica sobre o batismo conferido por hereges e cismáticos, ou então, que ele não compreendesse a distinção entre herege, cismático e infiel. Em uma carta escrita pelo geral da Ordem franciscana, datada de 1366, relatando a conversão dos búlgaros em cidades conquistadas pelos húngaros no reinado de Luís, cidades inteiras de cristãos ortodoxos são chamadas de infieis, mesmo adjetivo usado para cidades de maioria maniqueísta bogomil (MEYENDOFF, 1960, p. 154). No entanto, esse tipo de atitude do rei húngaro foi fortemente repreendida por Urbano V que, fiel a doutrina católica tradicional, defendia a validade do batismo de cismáticos e hereges, desde que feito de acordo com regras fixadas pela Igreja, a saber, com o uso da forma trinitária e com água (MEYENDORFF, 1960, p. 155-156). Contudo, Urbano V aconselha o Rei Húngaro a não conceder ajuda militar a Constantinopla até que a união de ambas as Igrejas fosse plenamente formalizada, ao mesmo tempo em que envia uma carta a João V, prometendo ajuda militar assim que possível e o chamando “filho da mesma Igreja” (MEYENDORFF, 1960, p. 155).

Diante de tal situação, João V, em 1366, envia uma nova embaixada a Avinhão, liderada pelo chanceler Jorge Manicaites, a fim de negociar a definitiva união religiosa. Urbano V exige a profissão de fé pública por parte do Imperador, tal como havia sido feito com Miguel VIII Paleólogo durante o II Concílio de Lião, além de um juramento de fidelidade ao Romano Pontífice. Para Urbano V, apesar de Roma e Constantinopla serem “duas muralhas do templo de Deus”,

era Constantinopla que havia se apartado do único redil de Cristo e, como a ovelha perdida, deveria voltar sob o cajado do único pastor. O cisma de 1054 não era visto como uma ruptura da única Igreja de Cristo, que permaneceria inquestionavelmente una, entendia-se que Constantinopla havia se colocado fora desta única Igreja. Portanto, para o papa Urbano V, não havia concessões a serem feitas por parte de Roma. No entanto, as relações políticas durante a baixa Idade Média eram complexas, e a diplomacia fazia-se necessária para que o ideal de reunificação fosse aceito também pelos bispos da Igreja Grega.

O novo Patriarca Latino de Constantinopla, Paulo de Esmirna, que sucedera a Pedro Tomás em 1366, foi encarregado por parte de Urbano V para entreter conversas com patriarcado ortodoxo, como legado papal, a fim de obter acordo em vista da reunificação. No entanto, os esforços diplomáticos de Paulo de Esmirna aconteceram não sem dificuldades, visto que o Patriarca Ortodoxo Philotheos Kokkinos não aceitou discutir com Paulo de Esmirna, uma vez que este não possuía um mandato por escrito de Urbano V para avançar com as negociações. Estas somente avançaram com a intervenção do antigo Imperador João VI Cantacuzeno, que havia se retirado para um mosteiro mas ainda exercia forte influência política no Império. João Cantacuzeno em si não era favorável à reunificação das Igrejas, pois acreditava que tal união acabaria com a liberdade do patriarcado de Constantinopla, que seria submetido à tirania romana. Além disso, João Cantacuzeno ficara escandalizado com as prerrogativas de Luís da Hungria a respeito de um novo batismo, pensando que essa fosse uma condição papal para a reunificação (CHIRON, 2010, p. 268-270). Desta maneira, o antigo Imperador defende a tese de que somente um novo concílio ecumênico poderia esclarecer as diferenças doutrinárias em vista de uma reunificação, não sendo aceitáveis condições unilaterais impostas por Roma (MEYENDORFF, 1960, p. 151). É mister citar que, para os gregos, Constantinopla era entendida com a “nova Roma”, ainda que este não fosse um título oficial da cidade (MELVILLE-JONES, 2014, p. 247). A nova Roma teria as mesmas prerrogativas da primeira Roma também no campo religioso, não sendo aceitável, portanto, que o papa tomasse decisões envolvendo Constantinopla sem um concílio ecumênico. Desta maneira, propunha-se um concílio verdadeiramente representativo de toda cristandade, isto é, com ampla participação da Igreja Grega, visto que, na concepção de João Cantacuzeno, o Concílio

de Lião II havia imposto uma profissão de fé a Miguel VIII que não respeitava as prerrogativas da nova Roma, pois esta não teria tido ampla participação neste concílio (DELACROIX-BESNIER, 1993, p. 720).

Diante da insistência feita por João Cantacuzeno e pelo patriarca ortodoxo, o legado papal aceita a convocação de um concílio que deveria ser realizado entre 1 de junho de 1367 e 31 de maio de 1369 na cidade de Constantinopla (CHIRON, 2010, p. 270). A convocação de todos os patriarcas ortodoxos para o concílio seria feita por Kokkinos. Já da parte de Roma, Urbano V não se mostrava entusiasmado com a ideia de um concílio geral em Constantinopla. O papa, que em 1367 retornara com a corte papal para Roma, enviara vinte e três cartas às autoridades ortodoxas conclamando a reunificação das Igrejas, mas sem mencionar um concílio ecumênico. É possível supor que Urbano V tivesse pouco conhecimento da real situação do Oriente e da própria estrutura eclesiástica de Constantinopla. Na visão do papa, a simples conversão do Imperador seria suficiente para unificar ambas as Igrejas, visto que comumente na Europa medieval, a religião do príncipe era a religião do povo. Desta forma, um concílio ecumênico em Constantinopla não seria necessário para a reunificação das Igrejas, sendo suficiente a conversão formal de João V Paleólogo. Tal pensamento era um equívoco, visto que no século XIV a figura do Imperador estava debilitada devido ao enfraquecimento do império em geral, que, em algumas décadas, haveria de sucumbir definitivamente diante dos turcos otomanos. Também, João Cantacuzeno, figura de grande autoridade em Constantinopla, afirmava que o poder imperial só poderia ser efetivo mediante acordo em concílio ecumênico, e que este, por sua vez, jamais poderia plenamente se impor à consciência dos fiéis, visto que jamais um concílio fora plenamente aceito por todos os cristãos (MEYENDORFF, 1970, p. 157). Além do mais, a estrutura eclesiástica da Igreja Ortodoxa era descentralizada, havendo grande autonomia para cada bispo, que poderia simplesmente opor-se à decisão do Imperador enfraquecido (DELACROIX-BESNIER, 1993, p. 731). Por fim, é mister citar que as diferenças culturais e litúrgicas entre a Igreja Latina e a Grega eram grandes, muito embasadas na própria cultura de cada lugar. Urbano V havia se mostrado pouco favorável aos ritos bizantinos, tendo feito sistematicamente a latinização dos convertidos gregos (CHIRON, 2010, p. 278). Assim sendo,

muitos bispos gregos se opunham à união com o papa devido ao medo de perder suas tradições culturais.

As discussões a respeito do concílio ecumênico favoreceram um mútuo esforço teológico para dirimir as diferenças existentes entre o cristianismo latino e o ortodoxo grego. Muitas dessas diferenças encontravam sua origem na própria maneira de se fazer teologia no Oriente e no Ocidente. Enquanto o Ocidente vivia a sistematização escolástica que buscava precisar conceitos e estabelecer uma forte ligação entre teologia e a filosofia, o Oriente era muito influenciado por Gregório de Palamas, que era pouco dado a especulação teológica, buscando uma teologia espiritualizada e de cunho nacionalista, fortemente atrelada aos Padres da Igreja, conhecida como Hesicasmo (STREZOVA, 2014, p. 9-12). Tal intercâmbio teológico trouxe consequências principalmente para o Oriente, visto que a tradução para o grego das obras de Agostinho e Tomás de Aquino deu aos intelectuais de Constantinopla um maior conhecimento do pensamento latino, enquanto os latinos conheciam muito pouco da teologia grega. Este intercâmbio cultural favoreceu a conversão de vários gregos à fé romana, tais como Demétrio e Proclo de Cidônia, tradutores de Tomás de Aquino para o grego (MEYENDORFF, 1970, p. 163).

O pretendido concílio não aconteceu, certamente, devido as várias dificuldades políticas do período, a falta de interesse dos latinos pela realização de tal assembleia, mas, principalmente, pela constante ameaça turca, que fazia difícil a organização de um concílio ecumênico unindo Oriente e Ocidente. No entanto, João V levou a cabo sua intenção de conversão, tendo publicamente aceitado as imposições romanas em 1369, professando a fé e aceitando o primado do papa. Tal profissão de fé deu-se em Roma, na presença de Urbano V. As razões da conversão do Imperador foram, certamente, motivadas pela necessidade de ajuda militar, tendo em vista as investidas otomanas, mas também por uma real motivação espiritual, uma vez que o Imperador manteve-se firme em sua profissão de fé, mesmo diante das fortes pressões de todo o Império, hostil ao ocidente, e sua derrocada, em 1371, quando o líder otomano Murade I foi reconhecido como suserano de Constantinopla (CHIRON, 2010, p. 276). A conversão de João V Paleólogo não acabou com o cisma, visto que sua decisão de aceitação das propostas papais causou grande desagrado em Constantinopla, tanto em relação ao clero, quanto à nobreza e ao povo (BLANCHET,

2003, p. 46). Além do mais, o Imperador livremente aceitou a liturgia latina, o que era uma afronta às tradições constantinopolitanas. A liturgia latina não era uma exigência papal para que o Imperador fosse aceito na catolicidade romana. Tal decisão teria uma motivação pessoal, pelo fato de sua mãe, Ana de Saboia, ser de origem latina, e também o intuito de dirimir as desconfianças dos monarcas ocidentais em relação as reais intenções de João V (CHIRON, 2010, p. 277-279). Assim, a união das Igrejas foi dificultada por questões internas do patriarcado de Constantinopla, onde muitos eram desfavoráveis à união com Roma. Também, a morte de Urbano V, em 1370, dificultou o processo de reunificação das duas Igrejas, visto que seu sucessor, Gregório XI, enfrentou sérias dificuldades para retornar definitivamente com a corte papal para Roma, o que levou ao cisma do Ocidente em 1378, fazendo com que a política papal se voltasse para questões urgentes no Ocidente. Entre 1370 e 1405, as relações diplomáticas esfriaram, sem que fossem rompidas totalmente. Foi no reinado de Manuel II Paleólogo, em 1405, que houve uma cortês troca de correspondência entre o Imperador e o papa que reestabeleceu o diálogo e, por sua vez, desembocou na breve união das Igrejas durante o Concílio de Florença-Ferrara, em 1439.

### **3. Consequências da ação unionista de Urbano V durante seu pontificado e nos anos posteriores**

A ação de Urbano V e a conversão de João V Paleólogo, embora não tenham findado com a situação de cisma entre Ocidente e Oriente, foram de grande importância para as relações posteriores entre as duas Igrejas. Como já tratado, durante o pontificado de Urbano V houve uma série de intercâmbios culturais e teológicos entre latinos e gregos, o que fez com que a teologia escolástica fosse conhecida em Constantinopla, promovendo a conversão de vários personagens Orientais importantes ao catolicismo romano. Tais conversões continuaram a acontecer nos pontificados sucessivos a Urbano V, como atestam os arquivos papais do século XIV (DELACROIX-BESNIER, 1993, p. 731). Como exemplo, pode-se citar a conversão de Gregório Apocauco, de nobre família constantinopolitana e subdiácono da Igreja Ortodoxa, que foi pessoalmente recomendado pelo papa Gregório XI ao Duque de Durazzo (DELACROIX-BESNIER, 1993, p. 731). O mesmo perí-

odo também conheceu o aumento da atividade de religiosos latinos no Império, principalmente dos frades dominicanos. São conhecidas principalmente duas missões dominicanas enviadas por Gregório XI, em 1374 e 1375, esta última focalizada na Grécia. Aos missionários dominicanos foram dadas fórmulas específicas de profissão de fé a serem proferidas pelos convertidos ortodoxos, que se assemelhavam à profissão feita por João V em 1369. O envio de missões ao Oriente já havia sido abundantemente favorecido pelos papas de Avinhão, principalmente por Urbano V, que, durante seu pontificado, reorganizara a hierarquia eclesiástica do patriarcado latino de Constantinopla e favorecera, entre 1364 e 1366, expedições militares nos territórios do Império do Oriente contra as investidas turcas (CHIRON, 2010, p. 193-196). Essas expedições, além do interesse militar, também foram ocasião de envio de religiosos missionários, principalmente franciscanos e dominicanos. Urbano V ainda organizou uma hierarquia latina em regiões de maioria ortodoxa, como, por exemplo, a Albânia, onde foram criadas quatro dioceses em 1370 e confiadas a bispos missionários (CHIRON, 2010, p. 206). Ademais, Urbano V favorecera bispos missionários em regiões de maioria ortodoxa com salvo-condutos, direito de conceder indulgências, de criar impostos religiosos para ajudar nas missões, além de uma série de privilégios disciplinares para favorecer o trabalho missionário (CHIRON, 2010, p. 205-206). Todas essas medidas trariam importantes consequências nos anos posteriores a Urbano V, pois além de favorecer a conversão de muitos ortodoxos a fé católica, também favoreciam o intercâmbio religioso, muito válido quando o objetivo é superar divisões. No Ocidente, houve também o reavivamento do interesse pela cultura grega, bem como pela liturgia bizantina. Vale a pena citar, por exemplo, que antigos mosteiros gregos na Sicília e na Calábria, já unidos à Roma desde a conquista normanda do Sul da Itália no século XI, retomaram o ensino da língua grega. Estes mosteiros também seriam de grande valia para o recebimento de clérigos gregos que aceitavam o primado papal (DELACROIX-BESNIER, 1993, p. 729).

As conversões ao catolicismo latino em Constantinopla no final do século XIV foram principalmente um fenômeno das elites intelectuais do império Oriental, principalmente daqueles que tiveram contato direto com a ação missionária-diplomática empregada pelos papas do período de Avinhão, dentre eles, Urbano V. Em Constantinopla,

por ser a capital do Império, a ação dos legados papais e missionários se concentrava entre as elites, visto que a resolução do cisma passava pela aceitação das elites locais do primado papal. No entanto, permaneceu um fenômeno minoritário, sendo que muitos convertidos eram forçados a abandonar o Império devido às perseguições. O próprio Imperador João V seria isolado pelas elites, tendo perdido o poder em 1379 para recuperá-lo somente em 1390. Há relatos, por exemplo, em Chipre, de várias perseguições contra católicos romanos durante o tempo em que Pedro Tomás foi legado papal em Constantinopla (DELACROIX-BESNIER, 1993, p. 761). No entanto, conversões populares seriam mais comuns em outras regiões do Império, como na ilha de Creta, onde a ação missionária era de caráter mais popular e pelo fato de que Creta, neste período, estava sob o controle da República de Veneza, o que favorecia a ação da Igreja Latina na ilha (DELACROIX-BESNIER, 1993, p. 761).

Apesar das ações papais não terem atingido seu objetivo principal nesse período – que era a união definitiva das Igrejas Latina e Grega –, não foram em vão os esforços empregados, visto que as discussões teológicas e diplomáticas do fim do século XIV favoreceram o ambiente para que o Concílio ecumênico de Florença-Ferrara firmasse a reunificação das Igrejas Latina e Grega através do decreto *Laetentur Coeli*, de 1439. Este decreto elucida como a evolução das discussões teológicas durante os anos de Urbano V, principalmente a respeito das propostas de um concílio ecumênico, repetidas vezes levantadas pelos gregos, favoreceram sua elaboração (ALBERIGO, 2020, p. 305-306). O documento evoca em seu início que foi feito “com a aprovação do concílio” (DENZINGER, n. 1300), tal como desejavam os gregos, que não aceitavam decisões unilaterais por parte de Roma. Por outro lado, o texto do documento de Florença concentra-se na resolução da cláusula do *filioque*, defendendo a legitimidade do uso latino, sem impô-lo aos gregos. Este mesmo posicionamento já se encontrava em ambiente grego com o Patriarca Bekkos no final do século XIII, e as discussões teológicas posteriores podem ter sido um fator importante para acurar o entendimento entre latinos e gregos. No entanto, a união religiosa entre Oriente e Ocidente não foi duradoura. O Imperador João VIII Paleólogo (1425-1448) se mostrara hesitante em relação a união das Igrejas, visto que muitos grupos contrários ao decreto ameaçavam o uso de força contra grupos mediacionistas,

defensores da união religiosa. Além disso, a derrota da Batalha de Varna, em 1444, mostrou à Constantinopla que a união com o Ocidente seria ineficaz como auxílio militar contra as forças otomanas, que, em 1453, fizeram com que o Império entrasse em total colapso, pondo fim ao Império Bizantino (AUBERIGO, 2020, p. 306).

## Conclusão

As relações entre a Igreja Romana e a Igreja Ortodoxa de Constantinopla foram intensas durante os séculos XIII e XIV. Certamente, a existência de um inimigo comum que ameaçava a paz religiosa e civil fez com que Oriente e Ocidente se aproximassem para uma ação conjunta contra a forte ameaça turca. No entanto, era impossível, naquele contexto, que uma união política-militar entre Ocidente e Oriente contra os turcos desconsiderasse as divergências religiosas que separavam os dois mundos desde 1054. Contudo, seria um reducionismo supor que somente interesses de ordem política estimulassem a busca por uma solução para um problema que era essencialmente religioso. Havia um claro entendimento de que era preciso encontrar uma solução para dirimir a ruptura religiosa.

No Ocidente latino, sob a tutela papal, acreditava-se que a ruptura findaria com uma profissão de fé e a aceitação do primado papal sobre toda a Igreja por parte dos fiéis ortodoxos. Pensava-se, no Ocidente, que as divergências entre ambas as Igrejas eram muito mais de ordem temporal que realmente doutrinária, o que poderia ser revolido com a aceitação do pontífice romano pelas autoridades bizantinas. Não se via necessidade de um concílio ecumênico para a resolução de uma querela que, no fundo, não engajaria questões doutrinárias fundamentais. Já no Oriente bizantino, a questão era entendida de outro modo, muito mais voltada para questões doutrinárias. Acreditava-se que o Ocidente havia corrompido doutrinas e tradições que remontavam aos Padres da Igreja, além de se arrogar um poder tirano sobre as demais Igrejas que conheceram um desenvolvimento histórico próprio e autorreferencial. Para o Oriente, a convocação de um concílio ecumênico para tratar de questões fundamentais da doutrina cristã era condição *sine qua non* para o reestabelecimento da unidade religiosa.

Neste contexto de impasse, a ação do Papa Urbano V (1362-1370) foi de suma importância para que o ambiente da época favorecesse



o diálogo de ambas as Igrejas, o que desembocou no Concílio de Florença-Ferrara promovendo a união de latinos e gregos em 1439, ainda que de forma momentânea. Foi principalmente a ação junto ao Imperador bizantino, João V Paleólogo, que estabeleceu um diálogo com o Oriente, tanto em nível político quanto teológico, favorecendo um intercâmbio cultural que levou a conversão ao catolicismo romano de figuras-chaves da corte imperial de Constantinopla, incluindo o próprio Imperador. Estes convertidos foram de grande importância para que o movimento unionista, que, apesar de minoritário no Oriente, conseguisse promover a almejada união religiosa, dirimindo desavenças teológicas importantes através do Decreto *Laetentur Coeli*, como, por exemplo, a cláusula do *filioque*. A união entre Oriente e Ocidente não foi duradoura por questões políticas, visto que muitos no Oriente se opunham à reunificação. Além do mais, a queda de Constantinopla, em 1453, acabou com a aristocracia bizantina, tendo a Igreja Ortodoxa Grega ficado nas mãos dos bispos locais, em geral, avessos a aceitar a autoridade de um não grego, como o papa de Roma. Tal situação de cisma permanece ainda sem resolução, embora se tenham alcançado significativos progressos através dos esforços ecumênicos impulsionados pelo Concílio Vaticano II.

## Referências

AUBERIGO, Giuseppe. *História dos concílios ecumênicos*. 6 ed. São Paulo: , 2020.

BLANCHET, Marie-Hélène. *La question de l'Union des Églises (13<sup>e</sup>-15<sup>e</sup> siècle): historiographie et perspectives*. *Revue des études byzantines*, n. 61, p. 5-48, 2003. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/rebyz\\_0766-5598\\_2003\\_num\\_61\\_1\\_2271](https://www.persee.fr/doc/rebyz_0766-5598_2003_num_61_1_2271)>. Acesso em: 11 mai. 2022.

CASTELLA, Gaston. *Historia de los papas*. Tomo I. Madrid: Espasa-Calpe, 1970.

CHIRON, Yves. *Urbain V le bienheureux*. Versailles: Via Romana,

CIRILO DE ALEXANDRIA. *De adoratione et in cultu in spiritu et veritate*. Livro I. In: CRAWFORD, Matthew R. *The preface and subject matter of Cyril of Alexandria's de Adoratione*. *Journal of Theological Studies*, v. 64, n. 1, p. 154-167, 2013. Disponível em: <https://acuresearchbank.acu.edu.au/item/8v82x/the-preface-and-subject-matter-of-cyril-of-alexandria-s-de-adoratione>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

DELACROIX-BESNIER, Claudine. *Conversations constantinopolitaines au XIX<sup>e</sup>*

siècle. *Mélanges de l'École Française de Rome. Moyen âge, Temps Modernes*, v. 105, n. 2, p. 715-761, 1993.

DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Edições Paulinas/Loyola, 2007.

GILL, Joseph. *Eleven emperors of Byzantium seek union with the Church of Rome*. *Eastern Churches Review*, n. 9, p. 72-84, 1977.

JEDIN, Hubert. *Manual de historia de la Iglesia. Tomo IV*. Barcelona: Editorial Herder, 1986.

MELVILLE-JONES, John R. *Constantinople as "New Rome"*. *Byzantina Symmeikta*, n. 24, p. 247-262, 2014. Disponível em: <https://ejournals.epublishing.ekt.gr/index.php/bz/article/view/3848/3669>. Acesso em: 11 mai. 2022.

MEYENDORFF, Jean. *Projets de concile oecuménique em 1367: un dialogue inédit entre Jean Cantacuzène et le légat Paul*. *Dumbarton Oaks Papers*, v. 14, p. 147-177, 1960.

STREZOVA, Anita. *Hesychasm and Art: The Appearance of New Iconographic Trends in Byzantine and Slavic Lands in the 14th and 15th Centuries*. Canberra: ANU Press, 2014.

TOYNBEE, Arnold J. *A study of History*. New York: Oxford Press, 1974.

Artigo recebido em 10/05/2022 e aprovado para publicação em 19/05/2022

## Como citar:

FRAGOSO, Mauro Maia; SANTOS, Pedro Henrique Abreu. *Relações entre a Igreja Latina e a Grega durante o Pontificado de Urbano V*. *Coletânea*. Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 217-234, jan./jun. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v21i41-2022-10> Disponível em: [www.revistacoletanea.com.br](http://www.revistacoletanea.com.br)